

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2024/2388	7548/2024	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCTAF [CONTRATOS E APOIOS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Considerando que em **6 de julho de 2021** foi celebrado, após aprovação dos órgãos, um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município e a Junta de Freguesia de **Adaúfe**, para contratação, fiscalização e execução da obra de «**Alargamento da Rua das Escadinhas**», transferindo, para o efeito, uma verba de **60.000,00€** com IVA incluído;

Considerando que em **12 de Abril de 2024** foi celebrado, após aprovação dos órgãos, um aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências inicialmente celerado, entre o Município e a Junta de Freguesia de **Adaúfe**, para «**Reforço de Verba – Alargamento da Rua das Escadinhas**», transferindo, para o efeito, uma verba de **15.627,26€** com IVA incluído.

Considerando que foi reportado pela Freguesia ao Município, a necessidade de ajustar o valor contratualizado, sendo necessário um novo reforço da verba aprovada.

O Município, por força do disposto na alínea I), do n.º 1, do art.º 33.º e na alínea i), do n.º 1, do art.º 16º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, delega na **Junta de Freguesia de Adaúfe** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da obra denominada «**Segundo Reforço de Verba – Alargamento da Rua das Escadinhas**», transferindo, para o efeito, uma verba de **12.207,38€** com IVA incluído, que foi validada pela DCTAF.

Propõe-se que o Executivo Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Adaúfe** para a



realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **12.207,38€ (doze mil, duzentos e sete euros e trinta e oito cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta encontra-se anexa ao processo.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

